

ENCONTRO DE UM PROJECTO COMUM DE HUMANIDADE

«Com a década de oitenta, o futuro invade-nos, sacode o presente a que estamos acomodados, interpela-nos sobre os traços deixados na História e interroga-nos sem transigência sobre o destino que antevemos e preparamos» — afirmou o primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo na introdução ao discurso que proferiu na O. N. U. subordinado ao tema geral do «encontro com a possibilidade de um projecto comum de humanidade».

Maria de Lurdes Pintasilgo dividiu a sua longa comunicação em dois grandes capítulos — o passado e o futuro — passando em revista questões tão importantes como a Carta da O. N. U., os Direitos dos Homens e dos povos, o direito à paz e ao património comum da humanidade e — entrando já no limiar da década de 80 — a nova solidariedade mundial, os no-

vos modelos para as sociedades industrializadas, maior pragmatismo para os países pobres.

O SEDIMENTO DA DÉCADA DE 70

Ao enunciar, em termos sumários, o «sedimento da década de 80», Lurdes Pintasilgo, referiu entre outros pontos «as situações em Chipre e no Sueste Asiático, as iniciativas para a desnuclearização da África, Médio Oriente e Ásia do Sul, os passos necessários para o estabelecimento de uma nova ordem internacional da Informação, a realização da Conferência Mundial para o Desarmamento e, bem assim, as diversas questões relacionadas com a condição da Mulher, nomeadamente a preparação da próxima Conferência Mundial em 1975, integrada na Década das Nações Unidas para a Mulher e a elaboração

da convenção para a eliminação da discriminação contra a mulher. (Que me seja permitido afirmar, em relação a este último ponto que o inegável progresso verificado no Mundo quanto à participação de algumas mulheres em postos-chaves de tomada de posição política não nos deve fazer esquecer que a imensa maioria das mulheres está ainda longe de poder contribuir em plena igualdade de direitos e de oportunidades para a criação dos novos modelos de vida e sociedade de que toda a humanidade tanto deseja) e deve-se na apreciação da Carta da O. N. U., tendo afirmado:

«Neste fim de década, somos levados a encarar a nossa adesão à Carta da O. N. U. não como uma afirmação de princípio rígido e imutável (e, por isso, mesmo abstracta e desligada do real), mas como um código de conduta en-

riquecido, na sua interpretação, como os elementos de experiência vivida e de elaboração teórica da década de 70.

Consideramos que, em cada estágio da história das relações internacionais, novos tipos de direitos e correlativos deveres, bem como regras cada vez mais aperfeiçoadas do comportamento se consubstanciam para darem renovado vigor e interpretação mas ampla aos princípios que a Carta afirma.

Continuando a examinar a década de 70, o primeiro-ministro abordou a afirmação do Conselho de Segurança e do Conselho Económico e Social, salientando que «a independência económica e a independência política estão íntima e profundamente ligadas» e declarando a seguir:

«Da tomada de consciência de países produtores de matérias-primas tornando, de forma dramática, a

sua independência económica garante da independência política, à mais cautelosa afirmação da independência económica dos países que a industrialização parecera tornar politicamente incólumes e invulneráveis, uma profunda evolução teve lugar.

A tal ponto se ligam os dois sectores que nos podemos perguntar que critérios fundamentam hoje a verdadeira independência. Estaremos já numa fase de troca económica que transcende o Estado-Nação (diminuindo porventura a sua força política), e se assim é, que salvaguardas pode encontrar o Estado-Nação para garantir a sua própria autonomia, a liberdade das suas escolhas e opções.»

OS DIREITOS DOS HOMENS E DOS POVOS

Depois de se referir ao reforço dos valores cultu-

rais, que «é hoje a linha por onde passa necessariamente toda e qualquer estratégia de verdadeira independência nacional», Lurdes Pintasilgo chamou a atenção para o facto de «a ciência e a tecnologia» serem «muitas vezes o cavalo de Tróia da dominação» e passou a considerar a questão dos direitos dos homens e dos povos, tendo, a propósito, declarado:

«Os direitos individuais alicerçam toda a ordem interna dos Estados. Dizem respeito às liberdades e às garantias fundamentais da pessoa humana — à informação objectiva e à capacidade de usufruir dos bens culturais e de participar no seu aprofundamento e feitura, dizem respeito sobretudo à possibilidade de cada homem escolher o seu destino (...) criar a sua história, dizer a sua palavra, acrescentar ao Mundo natural e organizado que

(Continua na 6.ª pág.)

POLÍTICA

O DISCURSO DE LURDES PINTASILGO NA O. N. U.

(Continuação da pág. anterior)

não fez o gesto pessoal que é a própria cultura em movimento — direito a ser diferente e a exprimir essa diferença. Direito à vida como bem fundamental e direito à satisfação das necessidades básicas que a preservam.

Mas não são estes direitos satisfeitos em todas e quaisquer situações. Eles têm que ver com os direitos dos povos.

Direito inalienável de soberania sobre o território — como sempre se considerou — mas direito também e não menos importante — sobre os recursos naturais e sobre o património cultural que lhes dão a fisionomia própria. Direito a estabelecerem a sua própria estratégia de desenvolvimento, os contornos das suas escolhas políticas e os limites da sua própria actuação.

Direitos de todos a não serem meros subalternos que as circunstâncias vinculam a potências mais fortes, mas a serem considerados como parceiros de pleno direito no plano internacional.

PELO DESARMAMENTO GLOBAL E CONTROLADO

Introduzida assim a questão da paz mundial, o primeiro-ministro afirmou: «Digamo-lo com clareza:

não à estratégia de desenvolvimento para a década de 80 que seja compatível com a continuação da actual política de corrida aos armamentos. Assim, ou a maior parte dos recursos financeiros, científicos e tecnológicos são «desviados» para a solução dos problemas de desenvolvimento ou o equilíbrio e a nova ordem mundial não passarão de mitos. Tão-pouco o desarmamento pode ser visto como uma intenção piedosa que impedisse o desflagrar de uma guerra mundial.

A corrida aos armamentos provoca a guerra hoje. Desde a II Guerra Mundial até hoje tiveram lugar no Mundo mais de 125 guerras que envolveram directamente mais de sessenta países e indirectamente mais de oitenta. Não podemos deixar que tais guerras parciais funcionem como «reguladoras» da perpetuação do sistema de que o recurso à violência é a norma dominante. Daí que Portugal, respeitando embora as alianças que inequivocamente honre, deseje — e deve afirmá-lo — que se caminhe para o desarmamento global e controlado.»

PALESTINA

Ainda no âmbito desta questão, Lurdes Pintasilgo pronunciou-se sobre o direito à pátria e, em particular, à pátria palestina:

«A consciência crescente da complexidade em que se inse-

re a luta pelos direitos dos povos — de todos os povos — leva-nos a referir, com particular inquietação, a situação no Médio Oriente.

Ligado pela história e pela cultura aos povos afectados, o meu país tem, por repetidas vezes, insistido na necessidade de ser encontrada uma solução global justa e duradora que garanta a todos os Estados da área o direito à existência e à paz dentro de fronteiras reconhecidas e respeitadas — conduza à retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967, bem como ao desmantelamento dos colonatos que ali ergueu, e assegure a concretização efectiva dos legítimos direitos nacionais do povo palestino, injustamente fracturado numa diáspora tantas vezes marcada pelo sangue, perseguição e desespero.»

AFRICA AUSTRAL E TIMOR LESTE

O direito à autodeterminação foi igualmente focado por Lurdes Pintasilgo. Referiu-se à persistência de «ordenamentos políticos ilegais» na África Austral, defendeu a independência da Namíbia, condenou o «apartheid» — «prática política e social que ofende gravemente a consciência moral das nações e constitui negra barreira para um integral progresso humano», e, sobre Timor Leste, disse:

«Também a um outro povo — o de Timor Leste —, este

directamente ligado à História do meu país, continua a ser negado o seu legítimo direito à autodeterminação. Apesar de repetidas condenações das Nações Unidas e não obstante as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança, nem o povo timorense pôde até agora exercer efectivamente aquele direito nem Portugal, como potência administrante, tem possibilidade de, por si só, de inverter a situação injusta ali criada. Apelamos, portanto, para a consciência internacional de modo a que rapidamente se encontrem condições para uma progressiva normalidade de vida das populações de Timor Leste.»

ENFRENTAR COM ESPERANÇA A DÉCADA DE 80

Após ter aludido à necessidade de regulamentar princípios como os do «património comum da humanidade», o primeiro-ministro propôs a reflexão sobre «o sedimento da década de 70» para enfrentar «com esperança» a década de 80, cuja grande tarefa é «a criação de uma nova ordem internacional que transcenda os planos exclusivamente económico e político para se situar também no plano social, cultural e da informação. Não se trata de uma reorganização mais ou menos tecnocrática dos sistemas de trocas económicas e comerciais entre as nações. A esse nível, urge descobrir atitu-

des mentais arriscadas e imaginativas e transformações estruturais (...).

É precisamente esta tarefa decisiva que o presente período parece impor às Nações Unidas. Evitando isolamentos ou radicalizações, cabe-lhe criar mecanismos de encontro e discussão, aperfeiçoar os sistemas e regras que os estruturam e lhe dêem força concreta, dinamizar e concertar as vontades políticas que possibilitem os seus progressos, proceder ao exame crítico dos modelos de desenvolvimento presentes ou propostos.

UMA ORDEM INTERNACIONAL MAIS JUSTA

O que está em jogo não é somente uma mudança da forma de vida de todos nós, nem apenas um novo pragmatismo nas relações entre os povos e países, nem sequer uma mera estratégia respeitável de sobrevivência internacional. Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos — pacientemente — desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida o rosto que vem faltando ao relacionamento entre as nações.

Nele se definirá o perfil do homem dos tempos novos, capaz de justificar a esperança na construção de um novo momento na civilização humana.

Não é por isso possível falar em termos mundiais quan-

do se não afirma explicitamente o homem singular. É ele que é o princípio e o fim de todo o desenvolvimento, de todo o acto cultural, de toda a concepção política. A garantia das liberdades de cada homem deixa de ser um problema restrito para ser um problema mundial.

Venho de um país que desde 25 de Abril de 1974, liga indissolúvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do Mundo, capazes de integrarem factores que a época de domínio da ideologia industrializada deixou de lado.

Estas atitudes devem prevalecer, segundo o primeiro-ministro, em duas frentes: descobrir novos modelos para as sociedades industrializadas — o abandono do egoísmo institucionalizado e a procura deliberada de metas sociais e culturais que se situam num registo diferente do do mero crescimento económico — e um maior pragmatismo para os países pobres:

«Havemos de cultivar uma maior capacidade de diálogo sem quebra da firmeza na defesa de posições justas. Havemos de enveredar por um sio pragmatismo que não fique cercado à partida pelo radicalismo verbal em que se escoa, muitas vezes, a nossa impotência. Havemos sobretudo de redescobrir que uma ordem mais justa não depende somente da tolerância, da compreensão e das «concessões» dos ricos que cada país pobre pretende, a sua maneira, ganhar para si, mas da clareza dos nossos propósitos, das irrefutáveis conquistas que tivermos feito na ordem interna.»